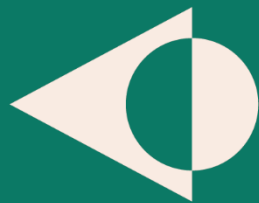


A Exclusão, a Crise Social e os  
Reflexos na Educação



gabinete  
**paralelo**  
SP

EDUCAÇÃO

## ÍNDICE

SUMÁRIO EXECUTIVO .....	3
INTRODUÇÃO	5
1. A exclusão, a crise social e os reflexos na educação .....	6
1.1 Exclusão alimentar .....	6
1.2 Exclusão digital.....	9
1.3 A exclusão educacional e os desdobramentos na pandemia .....	14
2. EDUCAÇÃO COMO DIREITO CONSTITUCIONAL E NÃO COMO ATIVIDADE/SERVIÇO ESSENCIAL.....	23
3. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	24
4. PROPOSTAS .....	24

## SUMÁRIO EXECUTIVO

- Pandemia de Covid-19 aprofundou antigos problemas socioeducacionais, expondo a exclusão escolar em diferentes formas, de exclusão digital à exclusão alimentar, entre outras;
- Exclusão alimentar: a importância da merenda como política de enfrentamento a insegurança alimentar e a insuficiente política do Governo do Estado e da Prefeitura de São Paulo;
- Exclusão digital: a pandemia evidenciou um cenário de exclusão digital, com consequências diretas nos alunos da rede pública, sem que tenha havido atuação consistente do Governo do Estado e da Prefeitura de São Paulo para aplacar esse problema;
- Os tablets anunciados (e pagos) pela Prefeitura de Bruno Covas nunca chegaram às mãos dos alunos;
- A precária política do retorno às aulas, que expõe toda a rede escolar: falta de contratação e treinamento pessoal, sobretudo no que diz respeito às equipes de limpeza; contratação precarizada de mães que assumem função sem qualquer treinamento e com grande exposição ao novo coronavírus; a insuficiência da infraestrutura escolar para cumprir os protocolos de segurança da Covid-19;
- A volta às aulas foi conduzida sem qualquer planejamento e diálogo com a comunidade escolar, com protocolos de segurança irrealizáveis de modo a explodir os casos de contaminação de Covid-19 na rede;
- Ausência de diálogo com a categoria, famílias e sindicatos e desqualificação da luta dos/as trabalhadores/as da educação
- Falta de transparência na divulgação dos dados sobre a pandemia como política da Secretaria Municipal de Educação
- A educação não é uma atividade ou serviço essencial, mas sim um direito constitucional

- Necessário construir as condições de infraestrutura e segurança para a retomada das atividades presenciais nas escolas associadas à vacinação de toda a comunidade escolar;
- Propostas concretas do Gabinete Paralelo diante deste cenário.

## INTRODUÇÃO

A pandemia de Covid-19 aprofundou antigos problemas socioeducacionais, uma vez que expôs a exclusão escolar em suas mais diferentes formas.

O agravamento da pobreza, da fome e do abandono social brasileiro teve reflexo direto na educação e em pautas que vão desde a necessidade de acesso digital pelos estudantes à importância da merenda escolar, necessidades cuja satisfação é urgente.

O desemprego foi ampliado, a falta de um auxílio emergencial digno fez com que as pessoas continuassem nas ruas à procura de trabalho. O contágio nas periferias atingiu números muito maiores do que nas áreas mais abastadas da cidade, e a fome, a falta de moradia e de estrutura para conter o vírus são evidenciadas todos os dias.

E é nesse caos social que se encontram nossos estudantes.

Como estudar em uma casa em que falta toda estrutura, onde não há espaço adequado e nem mesmo computadores ou celulares, com acesso precário à internet, e sem alimentação adequada?

Apesar de se apresentarem como defensores da Ciência, os governos estadual e municipal, de João Dória e Bruno Covas pouco se importaram com a vida do trabalhador e de seus filhos. Durante mais de um ano, não colocaram em prática soluções de renda e de sobrevivência para as famílias, de acesso para os estudantes e de estrutura para as escolas.

Muito pelo contrário, as medidas que foram tomadas, como a volta às aulas presenciais e flexibilizações precoces forçadas a serviço do capital, ceifaram vidas e complicaram ainda mais a questão pedagógica-educacional.

Para completar o conjunto de medidas ineficazes que os governos tentam impor à educação, Doria e Covas a decretam como “serviço ou atividade essencial”, adiantando-se ao absurdo projeto de lei que tramita no Congresso Nacional a pedido do presidente Jair Messias Bolsonaro.

Decretar a educação como essencial não resolve os problemas enfrentados pela área, mas obriga a reabertura das escolas, atendendo primordialmente aos interesses dos proprietários de escolas privadas. Além disso, coíbe a organização

e liberdade de greve dos trabalhadores da educação<sup>1</sup>, demonstrando o caráter antidemocrático de Bruno Covas, João Doria e Jair Messias Bolsonaro.

Sempre é bom lembrar que no mês de março de 2021, a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) publicou uma nova Nota Técnica reforçando as recomendações de medidas restritivas na escola, de acordo com a qual:

*“O Grupo de Trabalho Retorno às Atividades Escolares Presenciais, da Vice-Presidência de Ambiente Atenção e Promoção da Saúde (VPAAPS/Fiocruz), divulgou [Nota Técnica \(26/3\)](#) em que reforça, no atual momento de agravamento da pandemia, a recomendação de fechamento das escolas”.*

Alertam os especialistas que a reabertura deve ser feita com toda segurança, levando-se em consideração os indicadores<sup>2</sup> epidemiológicos.

## 1. A exclusão, a crise social e os reflexos na educação

### 1.1 Exclusão alimentar

Outro ponto que foi agravado pela pandemia foi a insegurança alimentar gerada pela falta de renda. Ainda não temos números conclusivos a respeito do estado em que nos encontramos, devido aos cortes de investimento no IBGE e, conseqüentemente, a falta de um censo e demais pesquisas atualizadas.

A insegurança alimentar grave esteve presente no lar de 10,3 milhões de pessoas ao menos em alguns momentos entre 2017 e 2018. Dos 68,9 milhões de domicílios do país, 36,7% estavam com algum nível de insegurança alimentar, atingindo, ao todo, 84,9 milhões de pessoas. É o que retrata a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2017-2018: Análise da Segurança Alimentar no Brasil, divulgada pelo IBGE (17/04/21).

---

<sup>1</sup> Ver: PL 5595/2020 - educação como “serviço ou atividade essencial” (19 - 23/4/21 - em debate e votação). <https://www.saibamais.jor.br/pl-5595-2020-o-direito-a-educacao-como-pretexto-para-aprofundar-o-genocidio/>

<sup>2</sup> Ver: Nota Técnica - Campanha Nacional pelo Direito à Educação <https://campanha.org.br/acervo/nota-tecnica-brasil-nao-e-hora-de-retomar-aulas-presenciais-nas-escolas-e-e-preciso-garantir-condicoes-adequadas-para-oferta-do-ensino-remoto>

Cerca de 19 milhões de pessoas passaram fome durante a [pandemia do coronavírus no Brasil](#). Uma pesquisa realizada entre outubro e dezembro de 2020 mostra que mais de 116 milhões de pessoas conviveram com algum grau de insegurança alimentar no período. Isso significa que mais da metade dos domicílios brasileiros sofreram algum tipo de privação.

Segundo o estudo da [Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional \(Rede PENSSAN\)](#), o índice exato de famílias nessa situação chegou a 55,2%.

A conclusão é de que o aumento da fome no Brasil está mais acelerado nos últimos anos. Entre 2018 e 2020 a alta foi de 27,6% ao ano. Entre 2013 e 2018, esse ritmo não passava de 8%.

Outra questão preocupante e talvez uma das chaves para o caos social em que nos encontramos é o fim e/ou limitação do auxílio emergencial em um momento em que o país registra [13,1 milhões de desempregados](#) e [10,3 milhões de brasileiros](#) em insegurança alimentar grave, de acordo com o IBGE.

Perante esse cenário assustador, o governo estadual e municipal promoveram a entrega de um cartão-alimentação, para as famílias vulneráveis. Mas diversos problemas de acesso mantiveram os alunos longe do benefício.

## **Cartão Merenda**

### *Estado de São Paulo*

O programa Merenda em Casa, do governo paulista, oferece R\$ 55,00 por mês de auxílio-alimentação para crianças que estão fora das escolas estaduais por conta da pandemia.

O auxílio-merenda começou a ser distribuído pelo governo de São Paulo emergencialmente em abril, mas apenas para quem fosse cadastrado no Bolsa Família, e recebesse renda mensal de R\$89,00 por pessoa no CadÚnico. Na última quarta-feira (07/04/2021), a secretaria estadual iniciou o pagamento da nova etapa do Merenda em Casa para cerca de 285,6 mil alunos da rede estadual da capital. No total, 920 mil alunos de todo o estado de São Paulo serão beneficiados cadastrados no CadÚnico.

Há relatos de confusão no cadastro e de demora e atrasos nos pagamentos, que não incluem quem entrou em situação de insegurança alimentar no último ano nem as famílias que não estão no CadÚnico, mas que dependem da merenda escolar.

#### *Prefeitura de São Paulo*

O valor do cartão merenda é de R\$ 101,00 para as creches (CEIs), R\$ 63,00 para as Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEI) e R\$ 55,00 para as Escolas Municipais de Ensino Fundamental (EMEF) e CIEJAs.

No início da quarentena, somente os estudantes que estavam ativos no programa Bolsa Família tinham direito ao cartão-merenda. Com o passar dos meses houve grande pressão e mobilização das comunidades escolares para que o cartão merenda fosse para todos os estudantes e seus valores, reajustados.

O valor segue o mesmo, bastante insuficiente, e a gestão municipal foi ampliando as entregas.

Na semana do primeiro turno da eleição municipal, em outubro de 2020, os cartões para o conjunto dos estudantes chegaram nas unidades escolares. Ao longo desse período, a ausência de informações sobre as recargas do cartão, as entregas e as listagens de quem seria beneficiado foi uma constante. As equipes escolares administraram a situação, buscando reportar a SME o conjunto de problemas e aguardar as respostas.

Foi anunciada a entrega de cestas de alimentos *in natura* no final de semana do dia 16/04/2021. Vale lembrar que essa medida diz respeito ao Programa Nacional de Alimentação Escolar, que além de oferecer alimentos necessários à nutrição saudável dos estudantes, também estimula a comercialização da produção dos agricultores familiares, e o uso deste recurso federal, não pode ser utilizado por meio de cartões. Trata-se de ação anunciada com bastante atraso, visto que diversos municípios realizaram essa disponibilização de alimentos já no ano de 2020.



## 1.2 Exclusão digital

A medida tomada pelos governos para a continuidade dos trabalhos escolares no período de pandemia consistiu em atividades remotas (online), sem dar, no entanto, condições reais para grande parte dos estudantes.

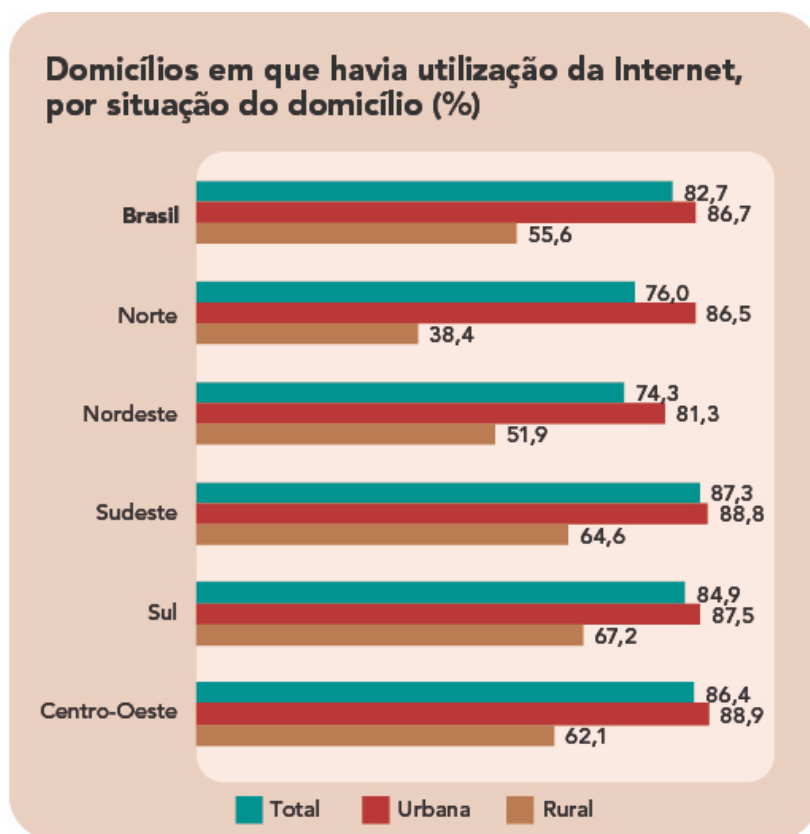
O Governo de São Paulo criou o Centro de Mídias que transmitia as aulas de acordo com as turmas pela TV, com seu acompanhamento em um aplicativo, deturpando qualquer conceito básico pedagógico, onde cada escola e professor guarda um olhar sobre sua turma.

Os relatos dos estudantes sobre esse Centro deixam claro que ele pouco auxiliou no processo de aprendizagem, já que estava muito descolado da realidade de cada turma.

Já a prefeitura de São Paulo adotou o Google Classroom (Sala de aula), onde os professores faziam postagens diretamente para os seus alunos, mas ainda assim esbarrou na falta do acesso digital.

Quatro em cada cinco lares brasileiros têm acesso à internet. No entanto, o país ainda tem um contingente importante de excluídos digitais: 45,960 milhões de pessoas, cerca de 25% de toda a população com 10 anos ou mais de idade.

A internet passou de um alcance de 74,9% dos domicílios do País em 2017 para 82,7%, em 2019. A renda ainda é um componente importante para a conexão digital. O rendimento real médio per capita dos domicílios com acesso à internet foi de R\$ 1.769,00 quase o dobro do rendimento dos que não utilizavam esta rede, que foi de R\$ 940,00.



Fonte: IBGE, Pesquisa por amostra de domicílios - PNAD contínua.

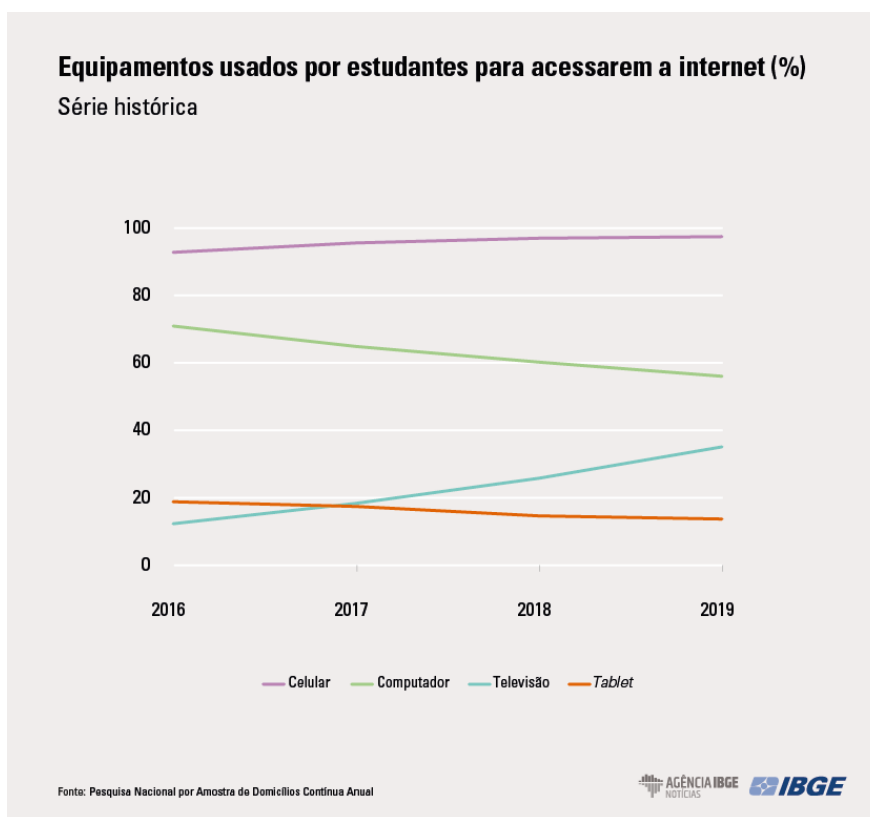
Apesar desse número parecer alto, significa que milhares de pessoas ainda não têm acesso à internet e quando têm esse acesso, ele é precário, sendo, muitas vezes, insuficiente para acompanhar a atividade escolar.

Segundo o IBGE, 4,3 milhões dos estudantes brasileiros não tinham acesso à internet no início da pandemia. Do total de pessoas sem internet, 94,5% estudavam em escola pública.

O celular é o principal meio para navegar na internet, mas somente 64,8% dos estudantes de escolas públicas tinham o aparelho e a maior parte utiliza apenas o pacote de dados das operadoras, de acordo com o uso de “créditos” pré-pagos que acabam muito rapidamente. Seu uso fica então restrito a redes sociais e serviços de bate-papo, como Whatsapp.

Segundo a pesquisa TIC Domicílios 2018, que avalia o uso de tecnologias de informação nos domicílios brasileiros, os computadores portáteis continuam concentrados nas famílias mais ricas: na classe A, 90% têm notebook e 49%, tablet. Nas camadas D e E, os índices são de 3% e 4%, respectivamente.

O IBGE em 2019 apontou quais os equipamentos utilizados por estudantes para o acesso à internet:



### *Estado de São Paulo*

O estudo TIC domicílios apontou para a existência de 7,5 milhões de pessoas com mais de 10 anos que nunca acessaram a internet no estado, o equivalente a 23% dos paulistas. Quando a pergunta é sobre a forma que navegam na rede, a média no estado é de 53%, utilizando apenas o celular. No perfil de alta vulnerabilidade, a taxa alcança 67% e na baixa, 45%.

Durante a pandemia, o governo do Estado iniciou no fim do ano de 2020, a distribuição de 500 mil chips com internet, prioritariamente destinados aos estudantes mais vulneráveis matriculados na rede estadual, para que os alunos pudessem acessar os aplicativos de aula online,

### *Capital*

As periferias de São Paulo concentram o acesso à internet realizado com conexão de baixa velocidade (56%) e com uso exclusivo de celulares (67%). É entre a população mais vulnerável que está também a maior porcentagem de pessoas que nunca navegaram pela rede: 25%.

### **Tablets da Prefeitura de São Paulo**

Pelo menos 60 mil alunos da rede municipal não tiveram nenhum contato com a plataforma online da secretaria de Educação em 11 meses de ensino à distância.

O primeiro anúncio da compra de 465 mil tablets com chips para alunos da rede municipal foi em 21 de agosto de 2020.

Meses depois, foi anunciada a compra de equipamentos para as salas de aula, para que pudessem ser transmitidas as aulas. Esses equipamentos para as salas de aula foram entregues no mês de janeiro de 2021, entretanto até hoje não foi feita a instalação nas unidades.

A entrega de tablets e chips vem ocorrendo de forma bastante desigual na rede, iniciada em dezembro de 2020 e ainda não finalizada. Foram feitas licitações diferentes para a compra do aparelho e para a compra dos chips, pela Claro e Oi. Após as entregas seria feita a configuração pelas empresas contratadas.

Segundo informe da própria Secretaria Municipal de Educação, apesar do gasto orçamentário, foram entregues apenas 100 mil dos mais de 460 mil tablets previstos até o presente momento.

Esse processo segue muito demorado e a grande maioria das escolas não teve a configuração realizada pela empresa. Recentemente, essa instalação passou a ser uma atribuição das unidades escolares.

Importante dizer que após mais de um ano de pandemia a questão da exclusão digital dos educandos da rede municipal segue sendo um problema não resolvido.

Em abril de 2021, a SME anunciou um cronograma de instalação e entrega dos tablets aos estudantes, previsão que já foi alterada nos novos anúncios da prefeitura. Em reunião realizada no dia 19 de abril entre o movimento Famílias pela vida e o secretário de Educação Fernando Padula, após cobranças sobre a entrega dos equipamentos, foi apresentada uma nova previsão de entrega de

tablets que se estenderá por mais 5 meses. Em anúncio à imprensa, a Prefeitura alterou a data de entrega pela terceira vez, apontando o prazo para finalizar a entrega em agosto. O mesmo movimento em conjunto com a vereadora Silvia Ferraro entraram com uma ação popular no dia 16/4 cobrando a prefeitura pela entrega dos equipamentos.

O equipamento comprado pela prefeitura só garante o acesso ao google sala de aula. Não há possibilidade de outros acessos, inclusive para pesquisas em outras plataformas, representando um acesso restrito ao meio digital. Conforme contrato, o custo de 465.500 tablets foi de R\$ 437.570.000,00 adquiridos da Multilaser Industrial, ao custo unitário de R\$ 940,00. Os Chips da OI custaram R\$ 13.965.000,00 e os da CLARO R\$111.720.000,00, ambos com a vigência de 24 meses.

Ao longo de 2020 e 2021, até o presente momento, a exclusão digital seguiu sendo a regra na rede municipal de ensino, apesar da mobilização da categoria em apontar esse problema e também a cobrança das famílias<sup>3</sup>.

De acordo com o secretário Fernando Padula, a distribuição dos equipamentos pela prefeitura de São Paulo deve priorizar os 10% que não tiveram acesso à internet, assim como outros 20% dos estudantes que tiveram baixa conectividade com a plataforma de ensino *online*. Também devem ser priorizados na entrega os estudantes que tiveram pior desempenho na Avaliação Diagnóstica realizada no final de 2020. Embora seja citada pelo secretário, essa avaliação diagnóstica não cumpriu o objetivo esperado, exatamente devido à dificuldade de acesso e por ter sido feita nos últimos dias de dezembro, sem nenhum diálogo com a rede ou preparação.

Durante esse processo, o Tribunal de Contas do Município (TCM) de São Paulo suspendeu a licitação elaborada pelo governo do prefeito Bruno Covas

---

<sup>3</sup> Prefeitura de SP deve concluir a entrega de tablets para alunos da rede municipal em agosto, um ano após o anúncio de compra, 20/4/2021.

<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/04/20/prefeitura-de-sp-deve-concluir-entrega-de-tablets-para-alunos-da-rede-municipal-em-agosto-um-ano-apos-anuncio-de-compra.ghtml>

Link dos contratos dos tablets e chips, 26/04/2021.

[http://diariooficial.imprensaoficial.com.br/doflash/prototipo/2020/Novembro/24/cidade/pdf/pg\\_0063.pdf](http://diariooficial.imprensaoficial.com.br/doflash/prototipo/2020/Novembro/24/cidade/pdf/pg_0063.pdf)

[http://diariooficial.imprensaoficial.com.br/doflash/prototipo/2021/Janeiro/20/cidade/pdf/pg\\_0053.pdf](http://diariooficial.imprensaoficial.com.br/doflash/prototipo/2021/Janeiro/20/cidade/pdf/pg_0053.pdf)

[http://diariooficial.imprensaoficial.com.br/doflash/prototipo/2021/Janeiro/20/cidade/pdf/pg\\_0053.pdf](http://diariooficial.imprensaoficial.com.br/doflash/prototipo/2021/Janeiro/20/cidade/pdf/pg_0053.pdf)

(PSDB) para a compra de 465 mil tablets para estudantes da rede municipal de ensino. Segundo o órgão, não havia clareza sobre as escolas e os estudantes a serem atendidos com alguns equipamentos, faltavam definições técnicas e de testes para garantir a qualidade dos equipamentos e a adequação à proposta da Secretaria Municipal da Educação. Além disso, não havia previsão de penalidade para o descumprimento dos prazos de entrega – que também não estão claramente definidos.

### 1.3 A exclusão educacional e os desdobramentos na pandemia

#### **Falta de contratação e treinamento de pessoal**

De acordo com o Protocolo de volta às aulas da SME-SP, a higienização das escolas e sua limpeza devem ser feitas em duas etapas:

“Limpeza de resíduos - A limpeza deve ser realizada começando pelas áreas mais limpas e finalizando pelas áreas mais sujas. Intensificar a frequência de desinfecção das superfícies de grande contato com álcool gel (puxadores de portas e janelas, interruptores, botões de elevadores, corrimões, bebedouros). E desinfecção - Use um desinfetante ou álcool para as superfícies de maior contato, tais como mesas, cadeiras e corrimões, vasos sanitários, pias, torneiras, maçanetas. A limpeza e a desinfecção de instalações e equipamentos é um componente essencial na luta contra a propagação do vírus. A limpeza e desinfecção habituais, conforme descrito, deverão ocorrer antes da reabertura da escola e, diariamente, antes da entrada e depois da saída da equipe e dos estudantes. Recomendamos que sejam feitas pelo menos duas vezes ao dia”.

As diversas páginas do protocolo se estendem para todos os lugares da escola com suas particularidades, desde cozinha, refeitório, brinquedos e especificam como devem ser cumpridas essas etapas e sua frequência.

O protocolo não relata, no entanto, quem fará essa limpeza com tal intensidade, ignorando problema histórico das escolas públicas de São Paulo que

terceirizam o trabalho de limpeza, de modo a precarizar e diminuir o número das equipes de limpeza.

Em muitas escolas, a volta às aulas foi atrasada por falta de equipe de limpeza devido aos rompimentos de contratos. Mas esse problema é apenas mais um que se agrava com a pandemia.

As equipes de apoio já são insuficientes há muito tempo. A categoria, principalmente composta por mulheres, é muito precarizada, com salários baixos e poucos direitos, como diversos trabalhadores terceirizados do Brasil. Se em épocas sem pandemia esse trabalho já era extenuante, para o cumprimento do protocolo ele é inatingível com a quantidade de trabalhadoras que temos.

Mais uma vez, a prefeitura teve um ano para se preparar, contratar mais trabalhadoras e não o fez. Bem ao contrário, durante o ano passado, a maioria das trabalhadoras da limpeza foram demitidas ou tiveram redução de salários pelas empresas em que trabalhavam, ficando sem emprego em um dos piores momentos do país. Os governos que dizem proteger o povo desamparam até quem diretamente trabalha para a manutenção de seus serviços.

A rede municipal de educação já sofria desde antes da pandemia com problemas para realizar a limpeza das unidades escolares. Na primeira quinzena de novembro de 2019, as equipes de limpeza foram reduzidas de forma considerável com a vigência de um novo contrato que se referenciou no CadTerc - Estudos técnicos de serviços terceirizados do governo estadual.

Com essa redução, as escolas não conseguiram dar conta da limpeza das unidades e as trabalhadoras das empresas terceirizadas enfrentaram um quadro de cobrança e exploração ainda maior. Ao adotar essa nova forma de cálculo do número de trabalhadoras necessário por unidade, houve uma redução considerável, beneficiando as empresas de limpeza em detrimento das condições de trabalho das trabalhadoras e da limpeza das unidades. Na época, houve movimentação das equipes escolares para reverter esse quadro e com a pandemia essa situação se tornou ainda mais grave. Essa reivindicação para recomposição

das equipes de limpeza nas unidades foi feita ao longo de 2020 e também em 2021.

Outros pontos que chamam atenção no protocolo são os relacionados à organização escolar como fluxo da entrada e da saída, utilização correta dos bebedouros, lavagem constante de mãos e cuidados com o álcool em gel, distanciamento nas filas, uso individual de banheiros, entre muitos outros. E mais uma vez esbarramos na questão de contratações de pessoal.

A maioria das escolas conta hoje com um quadro de funcionários menor que o necessário, desde antes da pandemia e mais uma vez agravado agora. Não há profissionais do quadro de apoio em número suficiente para cumprir as rotinas normais, que dirá os novos protocolos estipulados.

### **Mães contratadas sem treinamento, em trabalho precário e expostas**

Aproveitando a situação de vulnerabilidade do momento para a precarização do trabalho e falta de remuneração adequada, ao invés de chamar os ATE's (assistente técnico educacional)<sup>4</sup> concursados, 4.543 mulheres foram selecionadas inicialmente e contratadas para auxiliar na implementação do cumprimento dos protocolos sanitários e de distanciamento social nas unidades de ensino municipais. Pelo trabalho, elas receberão um benefício de R\$ 1.155,00 mensais. As inscrições reuniram um total de 91.783 mulheres, média de 20 candidatas por vaga.

Prioritariamente, o programa admitiu mães de estudantes de escolas públicas ou mulheres que morassem nas comunidades onde estão situadas, com idades entre 18 e 50 anos. Com carga horária de 30h semanais, divididas em 24 horas de atividades nas frentes de trabalho e seis horas destinadas a cursos de qualificação profissional. O tempo do contrato será de 6 meses.

As mães do POT iniciaram o trabalho no dia 01 de março e até o final de abril, não haviam recebido a remuneração. A previsão de pagamento dada pela prefeitura foi dia 26 de abril, mas muitas não conseguiram viabilizar cartão para pagamento, conforme reportagem de 19/04/21.

---

<sup>4</sup> Assistente técnico educacional faz parte do quadro de apoio nas escolas, ajudando na inspetoria e secretaria das escolas.



## **Reforma nas escolas**

A defesa da volta às aulas com segurança é feita pelos governantes baseada no discurso de que a escola está pronta para receber os estudantes, que têm os equipamentos necessários para cumprir os protocolos e que reformas foram feitas nas escolas.

O anúncio das reformas, inclusive, foi feito largamente pelo secretário municipal de educação. Sendo basicamente impossível encontrar dados objetivos dessas alegadas reformas.

Assim como faltam dados disponíveis sobre a quantidade de trabalhadoras da limpeza, não há clareza sobre essas reformas, se foram realizadas, onde foram e quais ainda deveriam ser feitas. Havia reformas em andamento, já previstas, sem relação alguma com a adequação do espaço para diminuir os riscos de contágio. A verba prevista para as unidades escolares realizarem essa adequação não pode ser utilizada em medidas mais estruturais nos prédios.

O que sabemos através de relatos dos educadores é que poucas coisas mudaram nas unidades escolares, e a grande maioria continua mal ventilada e fora das recomendações dos órgãos competentes, como a Fiocruz.

## **Risco, falta de planejamento e trabalho pedagógico**

Durante o ano de 2021, já tivemos uma tentativa de volta às aulas no início do mês de fevereiro e após o recesso e mega feriados, em abril. A programação para essa volta foi marcada por protocolos irrealizáveis, falta de estrutura e descontrole da pandemia.

Nesse cenário, a categoria decretou a greve em defesa da vida, reduzindo consideravelmente o número de servidores e estudantes nas escolas. Mesmo assim, o impacto desse retorno irresponsável veio rapidamente. Em poucas semanas, os casos apareceram nas escolas (leia relatório 01 deste gabinete), muitas tiveram de ser fechadas e com aumento maior ainda dos casos, as aulas foram suspensas.

Mesmo com todas as pesquisas científicas apontando a necessidade de máscaras adequadas em substituição às de pano que foram entregues pela SME em 2020, a retomada das aulas presenciais foi feita sem EPIs adequados.

Apenas no dia 24 de abril foi publicado no Diário Oficial as orientações para distribuição de 2 unidades de máscaras KN95. Importante dizer que essa máscara não é recomendada pelo INMETRO. Meses após a retomada presencial, a prefeitura iniciou a distribuição de uma máscara inapropriada e em quantidade insuficiente para o conjunto de servidores.

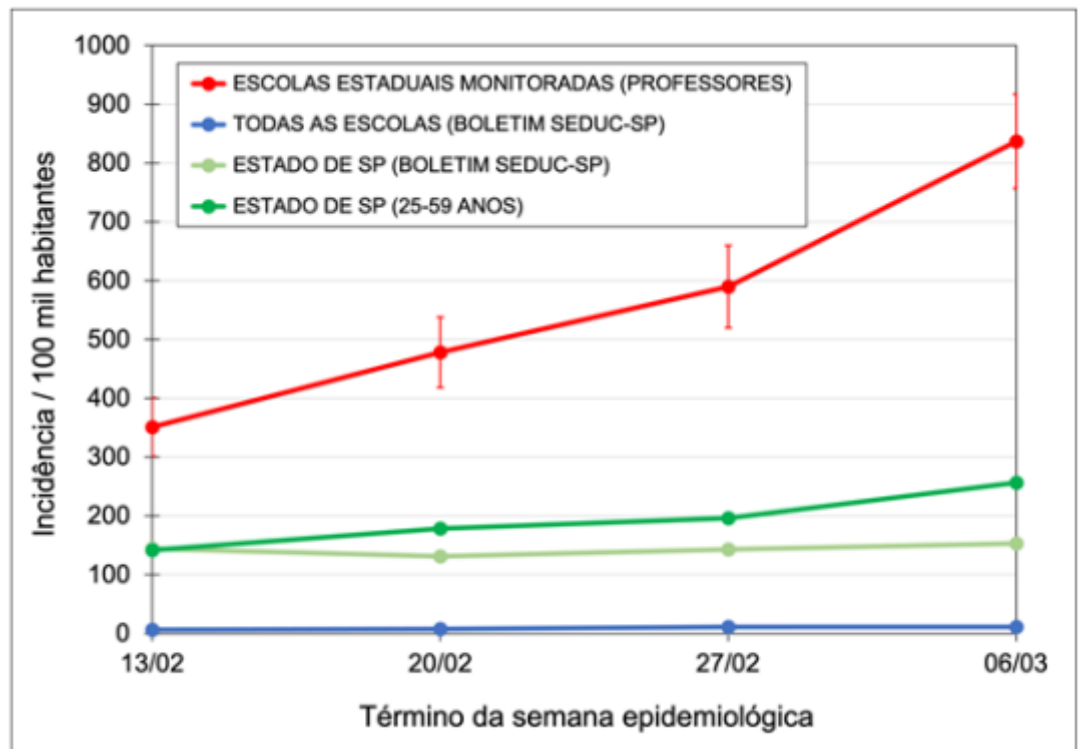
Em estudo, a REPU (Rede Escola Pública e Universidade) monitorou os casos de Covid-19 em 554 escolas da rede estadual paulista, entre 07 de fevereiro e 06 de março de 2021, período em que as atividades escolares presenciais foram retomadas no Estado de São Paulo, e analisou os números das 299 unidades escolares que forneceram dados em todas as quatro semanas epidemiológicas investigadas.

Essas escolas totalizam um universo de 12.547 professores e 3.947 servidores não docentes, e estão em Arujá, Caieiras, Cajamar, Ferraz de Vasconcelos, Francisco Morato, Franco da Rocha, Guarulhos, Hortolândia, Mairiporã, Osasco, Poá, Santa Isabel, Santo André, São Paulo e Sumaré.

O estudo apontou que a incidência de Covid-19 entre professores da rede estadual de São Paulo é quase três vezes maior do que entre a população adulta do estado. No período analisado, a incidência de novos casos de Covid-19 nas escolas cresceu 138% entre os professores, em comparação a um crescimento de 81% na população de 25 a 59 anos do estado de São Paulo.

Nesse momento já fica evidente o absurdo da volta às aulas nesse momento em São Paulo, mas desde o dia 12/04/2021 as aulas foram retomadas na rede municipal e dia 14/02/2021 na estadual.

O gráfico abaixo sintetiza esses resultados, ao comparar as incidências de Covid-19 por 100 mil habitantes entre professores das escolas monitoradas, os números apresentados no Boletim da Seduc-SP e os números para a população adulta (25-59 anos) do estado de São Paulo.



Analisemos o que acontece dentro das escolas. Ao contrário do que os governos estadual e municipal, principalmente através do que seus secretários Rossieli Soares e Fernando Padula, informam, a comunidade escolar está mais preocupada em garantir a sua sobrevivência e saúde dos seus filhos do que desesperada em abrir as escolas.

O reflexo disso é demonstrado pela baixa adesão dos estudantes na escola; pouquíssimos estão frequentando a escola. Muito menos dos 35% permitidos e muito longe de se tratar dos estudantes em vulnerabilidade. Tem ocorrido um problema pedagógico sério de quebra de rotina de estudos e de organização.

Os professores se expõem indo para a escola para dar aulas a esses poucos estudantes. Nos poucos horários que sobram, esse professor ainda tem que elaborar e postar aula online e elaborar aulas impressas para os estudantes que não tem acesso. Isso tudo sem estrutura tecnológica necessária e sem ao menos papel sulfite em muitas escolas para impressão. Ou seja, o trabalho do professor foi triplicado, isso quando o mesmo já não trabalha em outras escolas e redes. É impossível garantir a qualidade do trabalho docente dessa forma.

Durante o ano de 2020, com as atividades remotas, os professores buscavam organizar suas rotinas de postagens, utilizando a sua própria internet e seus equipamentos eletrônicos, de forma que cada escola pudesse organizar esse

trabalho. No ano de 2021, com a volta precoce, esse trabalho foi todo desorganizado, com parte do grupo presencial, parte em trabalho remoto e com uma greve municipal que já ultrapassou 70 dias, a mais longa da história da rede municipal de ensino.

Neste ponto, cabe ressaltar que os governos sabem que boa parte dos estudantes não tiveram acesso no ano passado e que mais de 60 mil crianças não acompanharam as atividades remotas na capital paulista. Os governos tiveram mais de um ano para resolver esse problema: entregar os tablets, os chips e garantir acesso para esses estudantes, e não procurar uma saída mágica, ignorando a gravidade da pandemia, que está atrapalhando ainda mais o processo de aprendizagem e causando uma maior exclusão entre os estudantes.

A escola, principalmente a pública, tem um papel fundamental na formação das crianças e de suas comunidades, mas podemos afirmar que é antipedagógica a abertura da forma como está sendo feita.

O trabalho pedagógico de qualidade está sendo deixado de lado, não por empenho dos profissionais da rede, mas por falta de planejamento e atuação de nossos governos estaduais e municipais. Governos esses que usam como argumento para abrir a escola o atraso na aprendizagem, o que é evidente para nós, pois sabemos e falamos desde sempre que o ensino a distância não responde às necessidades dos educandos, mas esse argumento não é válido quando o próprio governo não propõe saídas efetivas para isso.

Abrem as escolas como se os problemas fossem resolvidos dessa forma, quando na verdade eles continuam presentes, na falta de acesso e condições estruturais para uma abertura segura para todos. Os estudantes, principalmente os em situação de vulnerabilidade, foram e continuam excluídos do processo de aprendizagem com qualidade

### **Ausência de diálogo com a categoria, famílias e sindicatos e desqualificação da luta dos/as trabalhadores/as da educação**

A gestão de Bruno Covas tem a marca de ausência de diálogo com a categoria e um movimento de invisibilizar a fala da rede e desqualificá-la nos parques debates públicos que ocorreram.

Desde março de 2020, a rede tomou conhecimento pela imprensa das ações da SME neste período de pandemia. Todo conhecimento da rede municipal de educação acerca das comunidades escolares, acesso às tecnologias, possibilidades pedagógicas e ações que conseguiam atingir os/as estudantes foram ignoradas e atropeladas pela SME.

Trabalhadoras da educação presentes nas escolas tinham que buscar informações, após o anúncio nos telejornais, lidando com a expectativa das famílias, a ausência de informações e, grande parte das vezes, sendo porta vozes da exclusão ao dizer que o cartão merenda anunciado não era para todos, que o tablet anunciado ainda não havia chegado, que a cesta básica disponibilizada era para um número reduzido de estudantes.

Importante dizer que as unidades escolares não aceitaram a lógica da exclusão imposta e normalizada pela SME. Muitas ações de solidariedade foram feitas e seguem ocorrendo por iniciativa das comunidades escolares.

A ausência de diálogo e desqualificação das pautas da rede se intensificaram em 2021 após a retomada das aulas presenciais.

As 5 entidades sindicais do município que representam trabalhadoras da educação - APROFEM, SEDIN, SINDSEP, SINESP e SINPEEM - chamaram a realização de uma greve em defesa da vida, frente à ausência de condições seguras para o retorno presencial e também frente à política de exclusão imposta pelo governo municipal. A greve protegeu e segue protegendo muitas vidas de trabalhadoras, educandos e suas famílias.

Neste momento, vivemos a pior fase da pandemia e acompanhamos o contágio nas unidades que têm realizado o atendimento mesmo com o número bastante reduzido de estudantes, pois parte considerável das famílias não acha que as escolas sejam espaços seguros nesse momento. Nesse contexto tão grave, a SME se reuniu apenas duas vezes com os sindicatos.

Além da falta de diálogo e disposição para negociação com a categoria em greve, a prática é de desrespeitar o direito legítimo à greve com punição a parte dos grevistas com corte dos salários. Essa ação intransigente e a tentativa de minimizar a falta de segurança sanitária nesse momento tem sido responsável pela ampliação do contágio, adoecimento e mortes na educação.

Na semana do dia 19 de abril, a SME chamou conversas bilaterais com cada entidade sindical, não realizando a conversa com o conjunto das entidades em greve, buscando enfraquecer o movimento.

Se houvesse disposição para o diálogo a rede municipal poderia estar construindo o trabalho remoto emergencial nesse momento tão grave da pandemia.

### **Falta de informações e transparência de dados sobre a pandemia como política da SME e prefeitura**

Para ocorrer o debate público a respeito das políticas públicas implementadas nesse contexto de pandemia, é preciso ter acesso aos dados e informações. Infelizmente não estão disponíveis os dados sobre as reformas escolares anunciadas largamente pela SME. Também não há disponibilidade de uma série de dados relevantes sobre os tablets e as equipes de limpeza nas escolas.

Além desses assuntos, não está disponível nenhum dado oficial sobre contágio, adoecimento e óbitos por Covid-19 de trabalhadoras e da comunidade, mesmo quando as escolas informaram tanto a Secretaria de Educação como a Secretaria de Saúde.

É fundamental acompanhar essa situação, inclusive para poder avaliar o impacto da retomada das aulas presenciais.

O que temos visto é que a cada dia um maior número de unidades escolares são fechadas devido ao contágio de profissionais e estudantes. Mesmo com a greve e com a baixa frequência de estudantes, diversas unidades com atendimento total e parcial suspenderam o atendimento presencial devido a casos de contaminação.

É uma enorme irresponsabilidade sonegar essas informações para a população e servidoras. As entidades sindicais seguem tentando levantar essas informações, mas não existem dados oficiais disponíveis divulgados pela SME.

O mandato do vereador Celso Gianazzi fez um levantamento de dados dos afastamentos médicos por Covid-19 entre profissionais da rede direta e o impacto da retomada das aulas presenciais foi gritante: crescimento de 525% de 18/02 até

18/3. Importante dizer que nesse levantamento não estão contabilizadas a contaminação de trabalhadoras terceirizadas, mães do POT e educandos.

## 2. EDUCAÇÃO COMO DIREITO CONSTITUCIONAL E NÃO COMO ATIVIDADE/SERVIÇO ESSENCIAL

Nesse contexto, marcado pelo aprofundamento das desigualdades educacionais no país e com baixíssimo investimento para garantir o direito à educação, tramita no Congresso Nacional o PL 5595/21.

A [Campanha Nacional pelo Direito à Educação](#), a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), a Internacional da Educação, o Fórum Nacional Popular da Educação (FNPE) e o movimento [Educação Pública Eu Apoio](#) e ativistas em defesa da educação realizaram manifestações públicas contra tornar a educação como serviço/atividade essencial (PL 5595/21).

As entidades também denunciaram o projeto como uma manobra para que os trabalhadores em educação retornem às atividades escolares presenciais no pior momento da pandemia, além de criar brechas para cercear o direito de greve das categorias profissionais envolvidas na atividade educacional.

Isso porque o PL propõe que as aulas presenciais na educação básica e no ensino superior, tanto na rede pública como na privada, sejam consideradas serviços e atividades essenciais e só seriam suspensas “*em situações excepcionais cujas restrições sejam fundamentadas em critérios técnicos e científicos devidamente comprovados*”, mas exclusivamente no contexto da pandemia de Covid-19.

Ou seja, em qualquer outra situação de calamidade pública, as comunidades escolares deverão frequentar as escolas e ficarão expostas ao risco, estabelecendo uma legislação absurda, sem qualquer paralelo no mundo.

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das recomendações e dos indicadores da Fiocruz, tendo em vista os dados acima apresentados tanto sobre a situação epidemiológica e sanitária no país quanto a ausência da atenção necessária e urgente às reformas das unidades, consideramos que o retorno ao atendimento presencial nas escolas traz um elevadíssimo risco de contágio aos membros da comunidade escolar (profissionais da educação, estudantes e moradores das comunidades de entorno das escolas) e a seus familiares e colabora para o recrudescimento da pandemia de Covid-19 em todo país – sobretudo em São Paulo, que é unidade da Federação com o maior número de estudantes, e também o maior número de casos de contaminação e mortes diárias.

Diante desse contexto, é urgente que se construa, desde já, as condições de infraestrutura e de segurança para a retomada das atividades presenciais nas unidades de educação, aliada à vacinação de toda a comunidade escolar.

Além disso, e conforme relatamos acima, a situação exige que os governos federal, estadual e municipal empreendam os esforços necessários para a garantia do ensino remoto emergencial, em diálogo com as crianças e jovens, suas famílias e profissionais da educação, realizando políticas para a distribuição organizadas de tablets, chips e acesso a internet de banda larga, conforme preconizado em agosto de 2020 pelo PL 2949/2020, que estabeleceu, meses atrás, critérios adequados para uma reabertura segura.

### 4. PROPOSTAS

Enquanto a pandemia não estiver controlada, o Gabinete Paralelo defende a adoção das seguintes medidas:

- a. suspender as aulas presenciais com trabalho remoto das/dos educadores, permitindo o retorno às aulas presenciais somente quando for seguro segundo os indicadores e recomendações da Fiocruz mais recentes;
- b. monitorar a situação de vulnerabilidade dos membros das comunidades escolares (considerando questões sociais e de saúde);
- c. universalizar condições adequadas para o ensino remoto emergencial;



- d. distribuir tablets com conectividade garantida aos educandos;
- e. aumentar o valor do cartão merenda para todos os educandos da rede pública durante a pandemia;
- f. ampliar o número de profissionais nas unidades de educação por meio da chamada de aprovados em concursos públicos;
- g. garantir salário e emprego a profissionais da rede pública e trabalhadores terceirizados;
- h. vacinar para todos no SUS, acelerar a vacinação da população em geral e dos membros das comunidades escolares com prioridade;
- i. prorrogar e aumentar o auxílio emergencial federal e a renda emergencial estadual e municipal;
- j. revogar os cortes de ponto dos trabalhadores municipais em greve e negociar o conjunto da pauta com sindicatos;
- k. garantir a transparência acerca dos dados referentes à educação no contexto de pandemia disponibilizados pela SEDUC e SME -SP;
- l. criar política de proteção de dados dos educandos e profissionais que utilizam as plataformas digitais;
- m. revogar o decreto que torna a educação serviço ou atividade essencial;
- n. constituir o Comitê de Gestão de Crise da Covid-19, com profissionais da saúde e representantes dos segmentos das comunidades escolares: equipe de gestão, professores, quadro de apoio, familiares e estudantes;
- o. com base nas recomendações da Fiocruz (fevereiro/2021), da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, do Observatório Covid-19 e da Rede Análise Covid-19 (abril/2021), amparadas nos mais seguros critérios internacionais e científicos, determinar os indicadores epidemiológicos, pedagógicos e educacionais da Cidade de São Paulo para o retorno seguro às atividades presenciais;
- p. determinar práticas de testagem e rastreamento no sistema de ensino paulistano e articular o mesmo procedimento com os municípios de fronteira da Grande São Paulo e do ABCDMRR;
- q. distribuir máscaras PFF2 e N95 (de qualidade) para os membros da comunidade escolar, buscando meios de adaptá-las às crianças;
- r. educar em favor do uso correto dos EPIs;

s. realizar as adaptações arquitetônicas necessárias no ambiente escolar.

## Referências

**BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE):**

<https://campanha.org.br/acervo/nota-tecnica-brasil-nao-e-hora-de-retomar-aulas-presenciais-nas-escolas-e-e-preciso-garantir-condicoes-adequadas-para-oferta-do-ensino-remoto->

<https://educa.ibge.gov.br/criancas/brasil/2697-ie-ibge-educa/jovens/materias-especiais/20787-uso-de-internet-televisao-e-celular-no-brasil.html>

**BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados: PL N° 2949/2020**

[https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra;jsessionid=node01lhztxf2oxid0fbhtxxvfuh113267431.node0?codteor=1921380&filename=Avulso+-PL+2949/2020](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=node01lhztxf2oxid0fbhtxxvfuh113267431.node0?codteor=1921380&filename=Avulso+-PL+2949/2020)

**Campanha Nacional pelo Direito à Educação/ Acervos** : Nota Técnica *Brasil: não é hora de retomar as aulas presenciais nas escolas e é preciso garantir as condições adequadas para a oferta do ensino remoto emergencial*, SP: 2021.

<https://campanha.org.br/acervo/nota-tecnica-brasil-nao-e-hora-de-retomar-aulas-presenciais-nas-escolas-e-e-preciso-garantir-condicoes-adequadas-para-oferta-do-ensino-remoto>

**Fiocruz** - *Recomendações para o planejamento de retorno às atividades escolares presenciais no contexto da pandemia de Covid-19*, RJ: 21/02/2021. -

<https://portal.fiocruz.br/documento/recomendacoes-para-o-planejamento-de-retorno-atividades-escolares-presenciais-no-0>

**Fiocruz** - *Fiocruz reforça recomendação de medidas restritivas em escolas* -

Considerações sobre política de restrições e as atividades escolares. RJ:23/03/2021.

<https://portal.fiocruz.br/noticia/fiocruz-reforca-recomendacao-de-medidas-restritivas-em-escolas>

**Jornal Brasil de Fato** - *O Brasil tem 19 milhões de pessoas passando fome em meio à pandemia*, SP: abril, 2021.

<https://www.brasildefato.com.br/2021/04/05/brasil-tem-19-milhoes-de-pessoas-passando-fome-em-meio-a-pandemia>

**G1 - GLOBO** - *30% dos domicílios no Brasil não têm acesso à internet; veja números que mostram dificuldades no ensino à distância*, RJ: 2020.

<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2020/05/26/66percent-dos-brasileiros-de-9-a-17-anos-nao-acessam-a-internet-em-casa-veja-numeros-que-mostram-dificuldades-no-ensino-a-distancia.ghtml>

**G1 - GLOBO** - *Prefeitura de SP deve concluir entrega de tablets para alunos da rede municipal em agosto, um ano após anúncio de compra*, 20/4/2021.

<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/04/20/prefeitura-de-sp-deve-concluir-entrega-de-tablets-para-alunos-da-rede-municipal-em-agosto-um-ano-apos-anuncio-de-compra.ghtml>

**Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR** – NIC.br Comitê Gestor da Internet no Brasil – CGI.br São Paulo 2019. DESIGUALDADES DIGITAIS NO ESPAÇO URBANO: Um estudo sobre o acesso e o uso da Internet na cidade de São Paulo, 2019. <https://cetic.br/media/docs/publicacoes/7/11454920191028-desigualdades-digitais-no-espaco-urbano.pdf>

**Rede Brasil Atual** - *Governo Covas: TCM aponta irregularidades e suspende compra de tablets, SP: 29/09/2020*

<https://www.redebrasilatual.com.br/educacao/2020/09/governo-covas-tablets-tcm/>

**Rede Escola Pública e Universidade** - Nota Técnica: *Monitoramento de casos de Covid-19 na rede estadual de São Paulo: abril, 2021.* . <https://www.repu.com.br/notas-tecnicas>

## **Gabinete Paralelo**

Guilherme Boulos

## **Coordenação**

Camila de Caso

Marco Antonio Rocha

Marina Mattar

## **Equipe Técnica**

Ana Mello

Daniel Cara

Fernanda Lamesa

João Zafalão

Laura Cymbalista

Lisete Arelaro

Paula Mangolin